

CABRAL, A. S. A. C.; OLIVEIRA, S. C. S.; MIRANDA, M. Descrição, comparação e tipologia das línguas. *ReVEL*, v. 22, n. 42, 2024. [www.revel.inf.br].

## Descrição, comparação e tipologia das línguas

**Profa. Dra. Ana Suelly Arruda Câmara Cabral<sup>1</sup>**

**Prof. Dr. Sanderson Castro Soares de Oliveira<sup>2,3</sup>**

**Prof. Dr. Maxwell Miranda<sup>4</sup>**

asacc@unb.br

sanderson@ufam.edu.br

maxwellgm1@gmail.com

**RESUMO:** O artigo destaca a importância das interrelações da descrição e comparação linguística com a tipologia das línguas, as quais se associam também à documentação linguística para o conhecimento sobre como as línguas são, o que elas têm em comum, em que diferem, assim como para a importância que cada um desses campos de estudo tem para o outro. Também é nosso propósito mostrar que, para além do conhecimento científico linguístico sobre as línguas e sobre a linguagem humana, os resultados obtidos no âmbito das pesquisas nesses campos de estudo podem ser de fundamental serventia para os projetos e programas de letramento, revitalização ou de fortalecimento de línguas, desde que adequadamente aplicados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Descrição; Comparação; Tipologia linguística.

**ABSTRACT:** This article highlights the importance of the interrelationships of linguistic description and comparison with the typology of languages, which are also associated with linguistic documentation for the knowledge about how languages are, what they have in common, how they differ, as well as for the importance that each of these fields of study has for the other. It is also our purpose to show that, in addition to linguistic scientific knowledge about languages and human language, the results obtained within the scope of research in these fields of study can be of fundamental importance for literacy and language revitalization, or strengthening projects and programs, if they are properly applied.

**KEYWORDS:** Description; Comparison; Linguistic typology.

---

<sup>1</sup> Doutora em linguística, atua como professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística e como coordenadora do Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas Aryon Dall’Igna Rodrigues, da Universidade de Brasília.

<sup>2</sup> Doutor em linguística, atua como professor do curso de licenciatura em Formação de Professores Indígenas e do Programa de Pós-Graduação em Letras e como coordenador do Grupo de Pesquisa em Línguas e Culturas Amazônicas da Universidade Federal do Amazonas.

<sup>3</sup> O pesquisador conta com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001 –, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas e da Universidade Federal do Amazonas.

<sup>4</sup> Doutor em Linguística, atua como professor do Curso de Letras, Campus Universitário do Araguaia, da Universidade Federal de Mato Grosso e é vice-coordenador do Grupo de Pesquisa “Grupo de Estudos, Descrição e Documentação de Línguas Indígenas” (GEDDELI)

## Introdução

Este artigo trata das interrelações da descrição e comparação linguística com a tipologia das línguas, as quais se associam também à documentação linguística, com destaque para a importância desses campos de estudo para o conhecimento sobre como as línguas são, o que elas têm em comum, em que diferem e para a importância que cada um deles tem para o outro. Também é nosso propósito mostrar que, para além do conhecimento científico linguístico sobre as línguas e sobre a linguagem humana, os resultados obtidos no âmbito das pesquisas nesses campos de estudo podem ser de importante serventia para os projetos e programas de letramento, revitalização ou de fortalecimento de línguas, desde que adequadamente aplicados.

O Brasil, que por muito tempo foi visto como um país monolíngue, torna-se cada vez mais conhecido como o país com maior diversidade linguística e cultural das Américas, com aproximadamente 250 línguas<sup>5</sup>, além do português. São 16 línguas de imigrantes, aproximadamente 170<sup>6</sup> línguas indígenas conhecidas e ainda faladas como línguas de comunicação, aproximadamente 57<sup>7</sup> línguas faladas por povos que vivem em isolamento voluntário, além das línguas de sinais, dentre as quais, Libras e suas variedades e as línguas de sinais indígenas, que devem somar uma vintena ou mais. Além dessas línguas, devemos incluir as línguas assobiadas, como são os casos das línguas assobiadas do povo Paitér e do povo Ikôlêj, ambos falantes de línguas pertencentes à família mondé (tronco linguístico tupí).

Primeiramente teceremos neste artigo algumas observações sobre a “Descrição, Comparação e Tipologia das Línguas” com exemplos ilustrativos de algumas das riquezas linguísticas de nossas línguas nativas, a) ressaltando as contribuições para a ampliação do conhecimento sobre as diversidades intralinguísticas e interlinguísticas das línguas do mundo, e b) como suas respectivas documentações e descrições podem contribuir para os esforços das comunidades em manterem vivas suas respectivas línguas.

---

<sup>5</sup> Este é o número considerado atualmente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (<https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-imaterial/diversidade-linguistica>).

<sup>6</sup> Ainda não se tem número real de línguas indígenas que ainda são faladas no Brasil. A maioria das pesquisas realizadas com tais objetivos são superficiais, sem métodos qualitativos e quantitativos adequados. Este é um trabalho ainda a ser feito e constantemente atualizado como ação de políticas linguísticas positivas para o conhecimento e preservação da diversidade linguística e cultural do Brasil.

<sup>7</sup> Esse número é aproximado, pois dos 117 registros de povos isolados considerados pela Coordenação-Geral de Índios Isolados e de Recente Contato (CGIIRC-FUNAI), em 2017, 27 já foram confirmados, restando 39 em estudo e 51 casos sobre os quais há apenas informações.

## 1. Descrição, Comparação e Tipologia das línguas

A Tipologia Linguística tem grande importância para a descrição, comparação e documentação das línguas. Sua história se inicia no século XIX, tendo Friedrich Wilhelm Heinrich, Alexander von Humboldt e os irmãos Karl Wilhelm Friedrich von Schlegel e August Wilhelm Schlegel, como seus principais expoentes. O interesse na época era com a morfologia das línguas, sendo Friedrich von Schlegel o primeiro a propor uma classificação tipológica nesse âmbito (cf. Croft 1990: 39), dividindo-as em línguas afixais e flexionais. Essa classificação foi posteriormente ampliada por seu irmão, August Schlegel, com o acréscimo de um terceiro tipo, o de línguas sem estrutura interna da palavra, tendo o chinês como exemplo. Línguas, segundo essa visão, poderiam ser classificadas em:

1) isolantes (sem afixos, ou poucos afixos derivacionais, como o Chinês e o Kokama, esta uma língua mista que foi falada como primeira língua até as primeiras décadas do século passado no Brasil, mas que hoje é falada como língua de comunicação apenas no Peru). Um exemplo do Kokama é o seguinte:

etse	kumitsa	kokama	tʃeta
1SG	falar/fala	kokama	muito

‘eu(f) falo Kokama muito’ (Cabral dados de campo: 1989)

2) aglutinantes (em que morfemas concatenados podem ser isolados, sem/ou acionando alguns processos morfofonológicos, a exemplo de línguas Aruák, como o Yawalapíti e o Maxinery (Aruák), ainda falado por uma dezena de indivíduos.:

Yawalapíti:

i-ru	Ø-mitsiʎuka-lu-ruru-pa
3-F	3-fraca-f-INTENS-EST

‘ela está muito fraca’ (Yawalapíti 2021: 195)

Manxinery

ni-ka-li=hita=Ø-ni-ka

1.S.M.-comer-C.V.-NMLZ=carne.de.caça=3S.M-1S.M.comer-C.V.

‘eu como carne de caça’ (Couto 2017: 283)

3) flexionais<sup>8</sup> (línguas de morfologia sintética, cuja tendência é a de usarem morfemas flexionais denotando mais de um traço gramatical, sintático ou semântico, como é o caso do Português, em que em uma forma verbal como em *canto*, o morfema *-o* denota pessoa e número, por exemplo, o que a distingue de línguas aglutinativas).

Wilhelm von Humboldt (Friedrich Wilhelm Christian Karl Ferdinand), ao considerar dados de línguas da América do Norte<sup>9</sup>, acrescenta à classificação morfológica vigente na época um outro traço tipológico, a incorporação<sup>10</sup>, também comum a algumas línguas da América do Sul, a exemplo das línguas do tronco linguístico tupí, em que um verbo e seu objeto podem formar uma única palavra, como em tupinambá: *a-[nambí-kutúk]* “eu furo orelha(s)” (Anchieta 1595: 50).

O interesse pela identificação dos fenômenos linguísticos em tipos já estava assim presente em autores do século XIX, mas em uma perspectiva tipológica evolucionária (cf. Campbell e Poser: 2008). É no século XX que os estudos de natureza linguística-tipológica são retomados e se firmam como um ramo da linguística, tomando novos rumos e sentidos.

Edward Sapir (1921) retoma o tema da classificação tipológica das línguas, mas com uma visão crítica de classificações que dominaram nos séculos anteriores. Sapir acentuou o preconceito evolutivo que se inculcou nas ciências sociais em meados do século XIX e que só em sua época começava a “[...] diminuir o seu domínio tirânico

<sup>8</sup> Alguns autores tratam línguas fusionais como sinônimo de flexionais, mas há os que fazem uma distinção na terminologia, considerando que tanto línguas aglutinantes quanto línguas fusionais são flexionais, mas se diferem pelo tipo de flexão que apresentam, pois enquanto nas primeiras o morfema costuma corresponder a apenas uma informação semântica ou gramatical, nas últimas o morfema flexional pode conter mais de uma informação, como discutido no parágrafo. Sobre esta distinção cf. Aikhenvald (2007).

<sup>9</sup> Segundo Campbell e Poser (1999: 231), Humboldt também havia encontrado incorporação em malasio e basco.

<sup>10</sup> Nos estudos posteriores serão descobertas relações entre incorporação e línguas polissintéticas, cuja característica principal é a de apresentar uma palavra formada por muitos morfemas, que muitas vezes correspondem a frases inteiras em línguas como o português. Para uma discussão sobre a questão, recomendamos a leitura de Campbell e Poser (1999: 231).

sobre a mente dos estudiosos.” e que “qualquer classificação que comece com valores preconcebidos ou que conduza a satisfações sentimentais é autocondenada como não científica” (Sapir 1921: 60).

- a) Sapir (1921) adicionou às classificações anteriores o tipo simbólico, caso de línguas que apresentam alterações morfológicas internas a raízes, como mudanças vocálicas ou consonantais, reduplicação, e/ou mudanças de acento e tom. Exemplos de algumas dessas características são também encontrados em línguas da família tupí-guaraní<sup>11</sup>. Rodrigues (2011: 75-76) descreve a reduplicação em tupinambá<sup>12</sup> como: expressão de ação plural, que significa a “realização múltipla do processo”, ou “sucessiva” ou “simultaneamente”, como t. *mokón* I tr. “engolir”, pl. *mokó-kón* “engolir muitas coisas sucessivamente”; t. *sók* I intr. “quebrar-se”, pl. *só-sók* “quebrar-se por muitas”; que se dá pela reduplicação monossilábica do tema;
- b) expressão do aspecto frequentativo, caso em que a reduplicação do tema é dissilábica, o que resulta em normalmente o verbo frequentativo, ou seja, o processo é repetido diversas vezes, como em: t. *mokón* tr. “engolir”, freq. *mokó-mokón* “engolir muitas vezes”; t. *tykyr* I intr. “pingar (cair uma gota)”, freq. *tyky-tykyr* “gotejar”;<sup>13</sup>
- c) uma das estratégias para formar o aspecto intensivo é por meio de reduplicação dissilábica do tema: t. *mo-îegûák* I caus, “enfeitar”, int. *mo-îegûá-îegûák* “enfeitar muito, enfeitar bem”; t. *ekó-tebẽ* II intr. “estar triste”, int. *ekó-tebẽ-tebẽ* “estar muito triste”
- d) exemplo de contraste tonal é encontrado em línguas da família Mondé, como em Ikõlẽj (Gavião) o tom é contrastivo, como exemplificado por tígi ‘quando’ e tígi: ‘derrubar’, em que a distinção de significado se dá pelo contraste entre os tons não-alto e alto da última vogal dos dois temas, respectivamente.

Sapir (1921) também propôs outro modo de organizar as línguas conforme o grau de alterações sofridas pelos seus respectivos morfemas: analítico, sintético e

<sup>11</sup> A reduplicação ocorre marginalmente até mesmo em línguas como o português, sendo importante mencionar que línguas simbólicas teriam processos mais sistemáticos de formação de palavras por meio de reduplicação. Há ainda uma questão sobre as informações gramaticais expressas pela reduplicação em línguas tupí-guaraní que não são gramaticalizadas pela reduplicação em língua portuguesa.

<sup>12</sup> As abreviaturas nos dados do tupinambá têm as seguintes correspondências: caus = causativo; int = intransitivo; pl = plural; t...I = tema da classe I; t... II = tema da classe II; tr. = transitivo; verb.= verbal.

<sup>13</sup> Rodrigues dá mais detalhes sobre como a reduplicação se dá em temas de acordo com o número de sílabas e sobre o que não é incluído no processo de reduplicação.

polissintético. Segundo ele (Sapir 1921: 135)<sup>14</sup>, “os termos se explicam”, de modo que “uma língua analítica é aquela que não combina conceitos em palavras únicas”, ou seja, não fazem uso de isomorfismo, mas cada palavra associa-se a um significado, lexical ou gramatical, a exemplo do chinês, ou o faz de forma econômica, como o inglês e o francês. Nesses casos, Sapir coloca que a palavra tem valor menor, sendo de importância fundamental a frase. Já em uma língua sintética (Sapir 1921: 135), a exemplo do latim e do árabe, “os conceitos se agrupam mais densamente”, de modo que as palavras são mais ricamente compartimentadas, “embora haja uma tendência em manter a gama de significado concreto numa única palavra”. Em uma língua polissintética (Sapir 1921, 135-136), por sua vez, a palavra é “a elaboração da palavra é extrema” e “conceitos [...] são simbolizados por afixos derivacionais ou mudanças “simbólicas” no elemento radical, ao passo que noções mais abstratas, incluindo as relações sintáticas, também podem ser expressas pela palavra”. Segundo ele (Sapir 1921: 136), “uma língua polissintética não ilustra princípios que já não estejam exemplificados nas línguas sintéticas mais familiares”.

Com o tempo, a tipologia linguística passou a considerar não apenas a estrutura morfológica das palavras das línguas da tradição humboltiana, em que prevalecia a ideia de “*iner-form*”, em que “[...] o tipo morfológico de uma língua era a manifestação de seu caráter orgânico” (Croft 1990: 40)<sup>15</sup>, passando a considerar não mais a língua como um todo, mas partes dela, seus vários traços e estudos sobre elas realizados de diferentes modos (Comrie 1988: 146).

Joseph Greenberg<sup>16</sup>, 40 anos após Sapir, defende a ideia de que não há fronteiras claras entre os tipos analítico, sintético e polissintético, visto que o número de morfemas por palavras era de valor quantitativo, sendo contínuo para vários objetivos. Como aponta Croft (1990: 41), Joseph Greenberg foi adiante com a classificação tipológica, ao propor um índice quantitativo de *morphemes per word* (morfemas por palavras) (M/W), que poderia ser usado para contagem em textos,

---

<sup>14</sup> Nesse parágrafo, o trecho seguinte pode ser considerado uma tradução livre do original em inglês, mas mantivemos as aspas apenas nas traduções mais literais e que não sofreram grandes adaptações para o presente texto.

<sup>15</sup> Para Campbell e Poser (2008), essa noção era proeminente no trabalho de Adelung, Friedrich von Schlegel, Franz Bopp, Wilhelm von Humboldt, Heymann Steintal, e outros.

<sup>16</sup> Embora a maioria dos universais propostos por Greenberg tenha sido desafiada ou não seja mais considerado da forma como formulada por ele, o autor segue sendo importante por ter apresentado uma metodologia de tipologia implicacional. Em seu artigo, ele não apenas elenca tipos, mas tenta estabelecer correlações entre diferentes aspectos da estrutura das línguas.

permitindo que as línguas fossem classificadas em algum padrão estrutural relativo a outras línguas.

Greenberg (1961) propôs 45 universais com base em um conjunto de 30 línguas, mas considerando observações sobre outras línguas. Destes universais, 38 são sobre ordem de palavras e os demais sobre categorias flexionais. Vários desses universais foram desafiados por diferentes autores com dados de outras línguas, como o universal que prediz que das seis ordens logicamente possíveis dos principais constituintes (SVO, SOV, VSO, VOS, OSV, OVS), “apenas três normalmente ocorrem como ordens dominantes” e que as demais (VOS, OSV e OVS) nunca ocorrem, ou pelo menos são excessivamente raras (Greenberg, 1961, 76).

Os universais propostos por Greenberg (1961) motivaram linguistas a testarem a validade desses universais em diferentes línguas e entre línguas, tanto geneticamente próximas como de diferentes origens genéticas. No Brasil, destacam-se sobre esse tema os estudos de Derbyshire (1977) sobre o hixkariana e os de Harisson (1986) sobre o guajajára.

Derbyshire (1977) demonstrou, com base em suas intuições e na predominância estatística que, em hixkariana – uma língua da família (Karíb) falada no Brasil – há variações na ordenação superficial dos constituintes, sendo OSV a ordem básica. Segundo Derbyshire, a ordem SOV ocorre para “introduzir um novo participante, ou para trazer de volta ao foco aquele que esteve fora de cena no período imediatamente ao contexto anterior” (Derbyshire 1977: 596), pois há fatores condicionantes do discurso que influenciam a ordem das palavras, como a topicalização de participantes, ou o foco discursivo, sendo a condição que rege o funcionamento da regra de topicalização no discurso, quando um novo participante é “apresentado e destacado”, como nos exemplos seguintes:

- (1) *Kurumu nanotometxkona.*  
urubu eles-fazer-um-servo-dele

<i>Kurumyana</i>	<i>komo xofrye</i>	<i>heno</i>
Urubu-pessoa	grupo preguiça	objeto.de.pena

*yanotometxkona*  
eles-fazer-um-servo-dele]

‘Os urubus costumavam fazer um servo dele. O urubu-pessoa costumava fazer um servo da pobre da preguiça’ (Derbyshire 1977: 596)

(2) *Kamara ta onono ryakona.*  
 onça ouvir.dizer comida.de.pessoa ele-costumava-fazê-lo

*Kamara ta nonyetxkona amnyehra*  
 onça ouvir.dizer ele-costumava-comê-los muito.tempo  
 ‘A onça costumava comer as pessoas. A onça costumava comê-las há muito tempo.’ (*Ibidem*)

Uma outra língua brasileira desafia universais restritos propostos por Greenberg (1961). Trata-se da língua guajajára, pertencente ao subramo IV da família tupí-guaraní (Rodrigues 1985; Rodrigues e Cabral 2002). Harrison (1986), em seu artigo “Verb proeminence, verb initialness, ergativity and typological disharmony in Guajajára”, demonstra que essa língua é inconsistente com parâmetros tipológicos, visto que ela apresenta a ordem VSO, quando S e O estão sintaticamente presentes. Em 200 páginas de textos, cuja maioria era de narrativas, Harisson identificou os seguintes tipos de ordem em orações transitivas independentes: VSO (19), VOS (4), SVO (3) e SOV (2), mas não encontrou dados com as ordens OVS ou OSV. O fato é que, no tipo de línguas VSO de Greenberg (1961: 78), há sempre preposições e “em línguas com preposições, o genitivo quase sempre segue o nome regente”. Mas em guajajára a ordem predominante em orações declarativas independentes é VSO, a língua tem posposições e não preposições, e o genitivo precede o nome que o governa.<sup>17</sup>

#### Ordem VSO

	V	S	O	V	OI	Senf
(3) a.	[ <b>u-mumyk t-azyr</b>		<b>i-petym]</b>	[Ø-heraha	i-zupe	a?e]
	3-amarrar	3-filha	3-tabaco	3SG-levar	3SG-para	3
	‘Sua filha acendeu seu cigarro e o levou para ele’. (Harrison 1986: 408)					

<sup>17</sup> Os exemplos seguintes foram traduzidos pelos autores do presente artigo.



V S O

- b. u-ʔu kuzə məŋ  
 3-comer mulher manga  
 ‘a mulher comeu a manga’ (Harisson 1986: 409)

#### Posposição

- (4) o-sok təzəz Ø-heraha yŋuʔa-**pupe** no  
 3-socar sem.resultado 3-levar pilão-**em** de.novo  
 ‘Ele socou-o levando-o novamente para dentro do pilão’ (Harisson 1986: 410)

#### Ordem Genitivo-nome

- d. u-hem zekaipo o-ho **mykuk-rekuhaw-pe**  
 3-chegar DP.não.atestado 3-ir **gambá-morada-em**  
 ‘Ela chegou e foi na morada do gambá’ (HARRISSON 1986, p. 410)

#### Ordem Nome-adjetivo

- (5) **inamu-siŋ** zekaipo h-eimaw romo  
**nhambu-branco** DP 3SG-xerimbabo existencial.enfático  
 ‘Seu xerimbabo era um nhambu branco’ (Harisson 1986: 411)

Harisson (1986: 413) apresenta ordens de outros constituintes e conclui que guajajára divide o grupo das principais características tipológicas, apresentando características dos dois tipos:

Características OV: N-Posp, GEN-N, Principal V-AUX, Propriedade-Comum(pessoa)







Características VO: Inter-S, Principal V-Volitivo, N-Adj, N-Rel, Dem-Nom, Número-N, Adj-Marcador-Termo.de.Comparação, Propriedade-Comum (lugar)

Esses fatos levam Harisson (1986) a considerar o guajajára como uma língua em transição de um tipo principal a outro. O fato é que, embora o estado atual do guajajára seja resultado de um processo histórico, seus traços tipológicos relativos à ordem de palavras o perfilam como uma língua que entra em desarmonia com a tipologia proposta por Greenberg (1961).

Vários outros estudos têm demonstrado que a maioria dos universais irrestritos propostos por Greenberg (1963) são contrariados pela riqueza de variações encontradas em diferentes línguas e entre línguas. O Atlas Mundial das Estruturas das Línguas – *The World Atlas of Language Structures (WALS)* – oferece uma ampla base de dados do *Max Plank Institute for Evolutionary Anthropology*, editada por Matthew S. Dryer e Martin Haspelmath, em que até o presente estão reunidos 144 artigos sobre diferentes propriedades fonológicas, gramaticais e lexicais encontradas em descrições de diferentes línguas.

O capítulo de Dryer, intitulado “Order of Subject, Object and Verb”, apresenta as seis ordens logicamente possíveis dos três elementos S, O e V nas línguas pesquisadas em uma tabela de valores de traços (*feature-values*), ou seja, uma tabela que mostra a ordem de preferência de cada língua:

**Tabela 1.** Valores de traços relativos à ordem de constituintes no WALS

Value	Representation
 Subject-object-verb (SOV)	564
 Subject-verb-object (SVO)	488
 Verb-subject-object (VSO)	95
 Verb-object-subject (VOS)	25
 Object-verb-subject (OVS)	11
 Object-subject-verb (OSV)	4

Dos exemplos usados por Dryer (2013)<sup>18</sup> para ilustrar essas ordens, duas são faladas no Brasil; hixkariana, cuja ordem de referência é OVS, como vimos acima, e

<sup>18</sup> Não inserimos número de páginas para o texto de Dryer (2013), por nos basearmos na versão online, que não está paginada.

nadëb, uma língua da família nadahup, cuja ordem de referência é OSV. Um exemplo do nadëb é o seguinte:

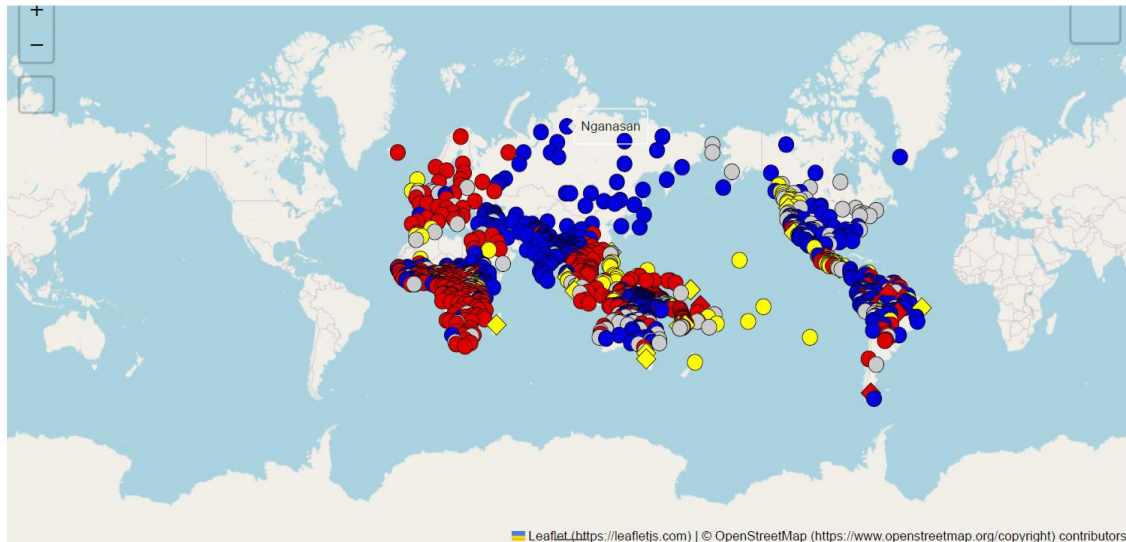
	O	S	V
(6)	kalapépé	hapúh	awad
	onça	criança	ver.IND
	‘A criança vê a onça’ (Weir 1994: 309)		

Dryer (2013) observa que, embora as seis ordens sejam possíveis nas línguas pesquisadas, os tipos OVS, presente em hixkariana, e OSV, presente em nadëb, são raros. Dryer não se limita a listar línguas e suas respectivas ordens de referência, mas aborda questões fundamentais para o entendimento de variação de diferentes ordens tanto intralinguisticamente como interlinguisticamente, suas respectivas motivações e implicações. Consoante Dryer (2013), há línguas de ordem rígida que são as que apresentam um só tipo de ordem, sendo todas as outras agramaticais, ou “usadas com relativa pouca frequência e apenas em contextos pragmáticos especiais”. Há, por outro lado, línguas em que todas as seis ordens são gramaticais. Essas são as línguas de ordem flexível, mas não livre, pois muitas vezes existem fatores pragmáticos que governam a escolha da ordem das palavras. Dryer (2013) considera também a existência de dois tipos de línguas de ordem de palavras flexíveis. Por um lado, ele considera que há línguas que, embora sejam flexíveis, possuem uma ordem mais comum, ou seja, as que possuem ordem dominante. Já em outras línguas a ordem é flexível, “a flexibilidade é maior e não existe uma ordem que seja a ordem dominante em termos de frequência de uso ou neutralidade pragmática.”

Dryer (2013) apresenta<sup>19</sup> um mapa que mostra a ocorrência da ordem de palavras das línguas pesquisadas e, como ele ressalva, o mapa não distingue as línguas de ordem rígida das línguas de ordem flexível com uma ordem dominante.

---

<sup>19</sup> De fato, os mapas tipológicos são apresentados para todos os traços estudados pelo projeto.



**Mapa 1.** Ocorrência de tipos de ordem de palavras (Dryer 2013) (Fonte: WALS)

## 2. Das relações e finalidades da Tipologia

Marianne Mithun (2018), em seu texto *Typology, documentation, description and typology*, apresenta uma clara discussão sobre a importância da Tipologia para qualquer estudo linguístico, principalmente para a descrição de línguas. Mithun destaca que:

Se os objetivos da tipologia linguística são, conforme descrito na Introdução a esta questão, (i) mapear a diversidade linguística e (ii) procurar ordem ou mesmo unidade na diversidade, o conhecimento do estado da arte atual é uma ferramenta inestimável para quase qualquer empreendimento linguístico. Para documentação e descrição da língua, saber quais distinções, categorias e padrões foram observados em outras línguas permite identificá-los de forma mais rápida e completa em uma língua desconhecida. Saber como eles diferem em detalhes pode nos levar a ajustar esses detalhes. Saber o que é raro em termos translinguísticos pode garantir que características incomuns são ricamente documentadas e proeminentes nas descrições (MITHUN 2016: 467, tradução nossa)

Entretanto, Mithun (*Ibidem*) adverte que, se documentação e descrição se limitarem ao preenchimento de checklists tipológicos, perderão muito da essência de cada língua, e enfraquecerão o campo da Tipologia, uma vez que “[...] novas variáveis e correlações não surgirão, e nossa compreensão de fatores mais profundos por trás das semelhanças interlinguísticas e das diferenças não progredirão.” (Mithun 2016: 467). A autora faz outras advertências relativas aos perigos de a Tipologia ser usada de forma restritiva nas descrições linguísticas. Para Mithun (2016: 468), “[...] à medida

que as descobertas tipológicas se tornam mais refinadas, elas servem como ferramentas para observação e análise.” A exemplo disso, Mithun (2016, 468) ressalta o fato de que hoje sabe-se que as línguas “não são simplesmente nominativas/acusativas, ergativas/absolutivas ou agente/paciente;”, pois “diferentes áreas da gramática geralmente mostram padrões diferentes”. Um exemplo disso são línguas da família tupí-guaraní ilustradas aqui por meio de exemplos do asuriní do Tocantins, para as quais estudos tipológicos sobre fatores condicionantes de alinhamento têm sido fundamentais, dentre os quais Hawkinson e Hyman (1974), Foley (1976), Silverstein (1976), Comrie (1981), Dixon (1979, 1994), Givón (1994), Lazard (2002), Creissels (2006) e Bickel e Nichols (2007).

No asuriní do Tocantins, há uma cisão do modo Indicativo, que levou Rodrigues (1981) a rotular as duas variedades desse modo de Indicativo I (quando nenhuma expressão adverbial precede o predicado) e Indicativo II (quando uma expressão adverbial precede o predicado). Os predicados nos dois tipos de indicativo diferem quanto à morfologia dos núcleos dos predicados. No Indicativo I o verbo é flexionado por prefixos verbais que codificam o sujeito quando o objeto é de terceira pessoa e por prefixo acusativo, quando o objeto é de segunda e o sujeito de primeira pessoa. Já no Indicativo II o verbo é flexionado por prefixos relacionais (cf. CABRAL 2001), que marcam a contiguidade/não-contiguidade sintática do determinante (sujeito se intransitivo e objeto se transitivo). No Indicativo I, que é o que nos interessa aqui, nas orações com núcleo verbal intransitivas, assim como nas orações transitivas com objeto de terceira pessoa, o sujeito é marcado com a mesma série de prefixos pessoais nominativos: *a-* ‘1’, *ere-* ‘2’, *sa-* ‘1INCL.’, *oro-* ‘1EXCL.’, *pe-* ‘2PL’, *o-* ‘3’. Os exemplos seguintes foram extraídos de cadernos de campo de Cabral.

#### Orações intransitivas

(7) a. *a-tyamí+potá*    *mani’áng-a*

1-espremer+POT    mandioca-ARG

‘eu vou espremer mandioca’

b. *a-piwáng*    *wet-atýa*                      *t-opáw-angáw-a*    *is-ohí*    *i-mó-ta*

1-retirar    1CORR-esposa-ARG    R<sup>4</sup>-deitar-sim-ARG    R<sup>2</sup>-ABL    R<sup>2</sup>-CAUS-vir-GER

‘eu tirei o lençol da minha mulher’

Em construções transitivas com sujeito de primeira pessoa e objeto de segunda, o verbo recebe prefixo flexional da série II (acusativa) : oro- ‘2ac’

(8) a. oro-esâng isé

2SING.AC-ver 1

‘eu te vi’

b. oro-nopó oré

2SING.AC-bater 1EXCL

‘nós te batemos’

Entretanto, quando o objeto é de segunda pessoa plural, o Asuriní o trata como uma terceira pessoa, utilizando a construção *awá pen Ø-ohi* ‘pessoa dentre vocês’:

(9) a. a-esá awá pén Ø-ohí

1-ver pessoa 2PL R<sup>1</sup>-ABL

‘eu vi pessoa dentre vocês’

b. oro-nopó+potá awá pén ohí

2EXCL-bater+POT pessoa 2PL ABL

‘nós vamos bater em pessoa dentre vocês’

Quando o sujeito é de segunda pessoa e o objeto é de primeira pessoa, o verbo não recebe prefixos pessoais, mas o prefixo relacional de contiguidade, sendo o objeto marcado pelo pronome pessoal dependente da série II: *sé* ‘1’, *ené* ‘2’, *sané* ‘1INCL’, *oré* ‘1EXCL’, *pe(n)* ‘2PL’; ao passo que o agente é marcado por meio do pronome ergativo *ipé*. Não há pronome de terceira pessoa em asuriní. A língua faz uso de demonstrativos ao invés de pronomes.

(10) a. sé Ø-karýj ipé

1 R<sup>1</sup>-arranhar 2.ERG

‘você me arranhou’

b. oré Ø-nopó ipé

1EXCL R<sup>1</sup>-bater 2.ERG

‘vocês bateram em nós’

Por último, quando uma primeira ou segunda pessoa é objeto de um verbo transitivo, marcado este caso por pronomes pessoais da série II, o sujeito pode ou não vir marcado sintaticamente por meio de um nome ou de um demonstrativo, a depender da necessidade de compreensão do enunciado pelo ouvinte:

(11) a. sé Ø-nopó werehé

1 R<sup>1</sup>-bater instativo

‘ele quase me bateu’

b. e-sá-kató pé Ø-mokón+apo sakaré-Ø

2IMP-ver-bem 2PL R<sup>1</sup>-engolir+PREV jacaré-ARG

‘cuidado para o jacaré não engolir vocês’

As variações de padrões de alinhamento em asuriní do Tocantins são, em parte, orientadas pela hierarquia referencial de pessoa dominante na língua (2 > 1; 2 e 1 > 3), como ocorre na maioria das línguas tupí-guaraní que não sofreram influências externas maiores. Dados do asuriní do Tocantins contribuem para o conhecimento da diversidade de padrões de alinhamento na família tupí-guaraní, do que ele tem em comum (unidade) com suas línguas irmãs, e em que aspectos seguiu caminhos históricos independentes (diversidade).<sup>20</sup> Nesse sentido, o asuriní do Tocantins, assim como a sua língua irmã mais próxima, o parakanã, mudaram a expressão de uma segunda pessoa plural objeto quando o sujeito é uma primeira pessoa, diferenciando-se das demais línguas

Outro exemplo interessante sobre diversidade na família tupí-guaraní é a variabilidade na ordem de palavras na língua zo’é, para a qual estudos tipológicos foram de grande utilidade. Como vimos anteriormente neste artigo, línguas indígenas brasileiras ampliaram o número de línguas com ordens de palavras antes consideradas como não atestadas. A descrição de línguas tupí-guaraní trouxe importantes contribuições para repensar a ideia de configuracionalidade das línguas (cf. Vieira

<sup>20</sup> A hierarquia de pessoa em línguas Tupí foi tratada pela primeira vez por Monserrat e Soares (1983), que se fundamentaram principalmente em Foley (1976) e Silvertsein (1976). As autoras analisaram dados de 17 línguas, dentre as quais 13 línguas tupí-guaraní (sendo que uma delas é na realidade uma língua mista (Cf. Cabral 1995, Rodrigues e Cabral 2012), duas outras, sateré e awetý foram posteriormente classificadas por Rodrigues (1984-1985), como pertencentes a outras famílias tupí-guaraní. As outras línguas tupí analisadas foram o mundurukú e o karitiana. A principal preocupação de Monserrat e Soares é ressaltada na discussão que fazem de hipóteses sobre a existência ou não de uma Hierarquia Referencial no proto-tupí.

1993). Nas línguas mais conservadoras da família tupí-guaraní, argumentos sintáticos verbais não são distinguidos morfológicamente e ambos apenas recebem uma marca de argumento (-a seguindo temas terminados por consoante ou vogal), mas em algumas línguas o morfema argumentativo tem dois alomorfes -a (seguindo temas terminados por consoante) e -Ø (seguindo temas terminados por vogal) (cf. Cabral 2001). Em orações declarativas transitivas, quando S e O estão sintaticamente presentes, todas as seis ordens são possíveis, na língua zo'é, sendo essa fluidez pragmaticamente motivada, pelo que o falante quer enfatizar. O falante pode querer retomar o tópico ou o foco do discurso, colocando-o como primeiro elemento do enunciado, conforme pode ser observado nos exemplos abaixo extraídos de Cabral (2023).

SOV				
(12)	e-hý-Ø	Sihér-abýr-a	Ø-awú-Ø	o-idú
	1-mãe-ARG	Sihé-finado-ARG	R <sup>1</sup> -fala-ARG	3-ouvir
	'Minha mãe ouviu a fala de Sihérabura'			
OSV				
(13)	kujã-⊖	tasit▲á-⊖	Zo'é-⊖	d o-potár-i
	mulher-ARG	velha-ARG	Zo'é-ARG	NEG 3-querer-NEG
	'mulher velha Zo'é não quer'			
SVO				
(15)	Dýg-y	⊖-kuhá	Sihér-abýr-a	⊖-awú-⊖
	Dýg-ARG	3-saber	Sihé-finado-ARG	R <sup>1</sup> -fala-ARG
	'Dýg-y sabe a fala de Sihé rabura'			
OVS				
(16)	kujã-piehú-⊖	⊖-pyhýk	Ana-⊖	⊖-pajwár-a
	mulher-novo-ARG	3-pegar	Ana-ARG	R <sup>1</sup> -marido-ARG
	'mulher nova ele pegou (o) marido de Ana'			
VSO				
(17)	o-esák,	Zo'é-⊖,	badiⓉ-⊖	
	3-ver	Zo'é-ARG	maniⓉ-ARG	
	'Zo'é viu maniⓉ'			
VOS				
(18)	d	o-potár-i	⊖-ký-⊖	tyté Zo'é-⊖
	NEG	3-querer-NEGR <sup>4</sup>	piolho-ARG	mesmo Zo'é-ARG
	'não queria piolho de jeito nenhum, Zo'é'			

Os estudos tipológicos têm avançado nas últimas décadas, sobretudo quando dados de línguas até então desconhecidas ou pouco conhecidas tornam-se disponíveis



aos tipólogos. Nesse sentido, vale salientar que as línguas indígenas brasileiras, com tantos traços peculiares, são pouco representadas nesses estudos teóricos.

### 3. Descrição, comparação e as línguas indígenas do Brasil

As línguas indígenas brasileiras nunca ou pouco estudadas e documentadas<sup>21</sup> passaram a receber grande atenção, principalmente, a partir da década de 1980. No entanto, Aryon Rodrigues já havia lançado, em 1966, um importante artigo programático intitulado “As tarefas da linguística no Brasil”, em que o autor considerava a descrição das línguas indígenas como a maior dentre as tarefas a serem enfrentadas pelos linguistas no Brasil:

As línguas indígenas constituem, pois, um dos pontos para os quais os lingüistas brasileiros deverão voltar a sua atenção. Tem-se aí, sem dúvida, a maior tarefa da lingüística no Brasil. Se é lícito falar em responsabilidade de uma comunidade com respeito à investigação científica na região em que vive essa comunidade. então os lingüistas brasileiros têm aí uma responsabilidade enorme. que é não deixar que se percam para sempre cento e tantos documentos sobre a linguagem humana. E é esta não só a tarefa de maior responsabilidade, senão também a de maior dificuldade. (Rodrigues 1966: 5)

Em consonância com autores citados anteriormente, Rodrigues (1966: 1-2) também via como indissociável o trabalho entre descrição e teoria, afirmando que

Cada nova língua que se investiga traz novas contribuições à linguística; cada nova língua é uma outra manifestação de como se pode realizar a linguagem humana. Toda teoria linguística e os métodos de trabalho do linguista repousam, necessariamente, sobre a experiência que se vai adquirindo com as línguas e, como estas são diferentes, a experiência será mais completa, quanto maior fôr o número de línguas conhecidas”.

Por fim, cabe ainda ressaltar que o estudo descritivo, para o autor, relaciona-se diretamente com o estudo histórico comparativo, sendo que, para ele, a descrição é uma etapa necessária e anterior à comparação:

---

<sup>21</sup> Até a década de 2000, os únicos programas de pós-graduação que tinham linha de pesquisa voltada para as línguas indígenas eram a Universidade de Brasília, o Museu Nacional, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Seki (1999, p. 273) observa que, até então, dos 66 programas de pós-graduação em Letras e Linguística do Brasil, não chega a 12 “o número das instituições em que se desenvolvem pesquisas de Línguas Indígenas e/ou que têm em seu quadro algum pesquisador dessas línguas.”

Outra maneira de estudar as línguas indígenas é comparando-as e procurando traçar algo de sua história. O estudo comparativo depende evidentemente do estudo descritivo. Só se pode comparar depois de ter-se descrito: não se pode comparar aquilo que ainda não se conhece. (Rodrigues 1996: 5)

Em seu livro de referência<sup>22</sup>, Rodrigues (1985) nos apresenta um panorama da situação da pesquisa de línguas indígenas brasileiras no período de 1963-1983, quando apenas aproximadamente 100 línguas tinham sido objeto de algum estudo linguístico por brasileiros e estrangeiros e, destes, principalmente por missionários do *Summer Institute of Linguistics (SIL)*. Rodrigues cita 173 trabalhos, dentre os quais 9 dicionários, 18 descrições gramaticais e o restante de trabalhos sobre a fonologia e aspectos gramaticais de parte das línguas. A situação mudou desde então para os pesquisadores brasileiros com o lançamento do Programa de Pesquisa Científica das Línguas Indígenas Brasileiras (PPCLIB-CNPq) idealizado por Aryon Dall'Igna Rodrigues e Marisa Cassim, na época assessora técnica do CNPq<sup>23</sup>. Um dos resultados mais importantes deste projeto foi a institucionalização das línguas indígenas como área de pesquisa do CNPQ.

Nas últimas três décadas os estudos descritivos tiveram novos e importantes avanços<sup>24</sup>, com destaque para os de natureza tipológico-funcional e histórico-comparativos de línguas indígenas brasileiras<sup>25</sup>. A partir de 2009, deu-se início à

---

<sup>22</sup> O livro *Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas* é uma importante referência nos estudos de línguas indígenas no Brasil até os dias atuais, embora algumas das informações apresentadas tenham sido aprofundadas por novas pesquisas.

<sup>23</sup> Esse projeto especial privilegiou (1) a realização de cursos de curta duração com o objetivo de preparar estudantes de linguística para o estudo científico das línguas indígenas brasileiras, de que foram realizados quatro, sendo um deles na Universidade de Brasília, dirigido por Stella Maris Bortoni; (2) a concessão de bolsas de estudo para doutorado em linguística no exterior, com ênfase na pesquisa e documentação de línguas indígenas brasileiras, com que foram contempladas três candidatas brasileiras, Yonne Vasconcelos, Filomena Sândalo e Ana Suely A. C. Cabral; (3) a concessão de bolsas para o mestrado em linguística no Brasil com projetos objetivando a pesquisa científica e a documentação das línguas indígenas; e (4) auxílios para pesquisa de campo sobre línguas indígenas. A proposta que embasava a política do CNPq considerava o levantamento do número de línguas feito na época por Rodrigues (1986). Durante o Governo Collor, o CNPq interrompeu os projetos especiais, mas ainda por uns poucos anos foi concedida alguma prioridade aos projetos de bolsas para a pesquisa sobre línguas indígenas. (Cf. Cabral 2013 Ms).

<sup>24</sup> Enquanto países europeus, EUA e Austrália contam com grandes projetos sobre a diversidade linguística em várias regiões do mundo, nós não temos nem mesmo projetos que fomentem pesquisas amplas e aprofundadas sobre as línguas brasileiras. Constata-se cada vez mais o interesse de estrangeiros por pesquisas sobre nossas línguas nativas, os quais passam a ter precedência por contarem com altos financiamentos de instituições de seus respectivos países, em contraste com pesquisadores brasileiros que, na maioria dos casos, pesquisam com limitados recursos que os impedem de progredir em seus estudos. O interesse no conhecimento das línguas para fundamentar teorias também motivou a busca de novas metodologias para os estudos das línguas. Por outro lado, esse interesse tem inserido as línguas indígenas no debate mundial sobre a diversidade linguística, sobre tipologia, sobre os limites da fala humana.

<sup>25</sup> Os estudos de línguas indígenas no Brasil se associaram às escolas descritivas e funcionais, havendo poucos trabalhos desenvolvidos em perspectiva gerativa. A maioria dos trabalhos na área segue uma

inclusão de indígenas em programas de pós-graduação em Letras e/ou Linguística de Universidades federais e estaduais brasileiras, sendo a Universidade de Brasília pioneira dessa política de inclusão. Pesquisadores indígenas passam a protagonizar estudos linguísticos de suas próprias línguas. Citamos aqui uma das importantes contribuições ao conhecimento do que determina o pertencimento de referentes de nomes ao gênero masculino ou feminino na língua manxinery (yine, família aruák), até então não identificado por outros linguistas. Os resultados da pesquisa desenvolvida em colaboração com Lucas Manxineru e pesquisadores do Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas “Aryon Dall’Igna Rodrigues” (LALLI) provaram que, nessa língua, a atribuição de gênero é moldada pela cultura e que, em vários casos trata-se de atribuição de natureza puramente metafórica. Os resultados também contradizem a visão de que na região do Purus, que corresponde à fronteira do Peru, da Bolívia e do Brasil, gênero não é semanticamente transparente, como proposto por Dixon e Akhenvald (1999: 10). Em suma, segundo o modo de ver o mundo dos Manxinery, os gêneros feminino e masculino estão relacionados respectivamente ao mundo aquático (o que pertence à água ou que tem uma relação direta com ela) e não aquático (os que têm relação com os mundos fora d’água). Os primeiros são femininos e os demais, masculinos. Há os guardiões das águas, que vivem nas fontes dos lagos e dos rios (o *kçioçiri* ‘jacaré açu’, a *mapxuri* ‘sucuri’ ou ‘cobra grande’, o *Pitsoti* ‘poraquê’ e a *hpuyo* ‘arraia’). Com exceção do poraquê, os outros três guardiões são do gênero feminino. Assim, como a água é símbolo da vida, ela é mãe, é feminina, e o que a ela se associa é igualmente feminino, assim como a maioria dos peixes, crustáceos e demais elementos da água são femininos; já os insetos, pássaros, bichos de couro, elementos da natureza não aquáticos, incluindo o céu e a lua são masculinos.

Mas a atribuição de gênero de certos referentes que não se encaixam no gênero esperado pode ser explicada pelos mitos, como é o caso do *ksakçeri* ‘traíra’, que é masculino, embora aquático, porque virou *çpiro* ‘calango’, que por sua vez é masculino. “Por outro lado, o calango, é feminino, porque se transformou em traíra, que é da água. A atribuição de gênero aqui é a imagem inversa do gênero original dos animais que sofreram essa transformação.” (Cabral *et al.* 2015: 336).

A descrição de línguas indígenas brasileiras representa um grande desafio para linguistas indígenas e não indígenas, não somente pela complexidade de cada língua,

---

tendência tipológico-funcional ou mesmo vinculada ao que se denomina como Teoria Linguística Básica.

mas inclusive pelas difíceis condições nas quais trabalham os pesquisadores brasileiros, sem o apoio financeiro necessário ao tipo de pesquisa linguística que contribui para boas descrições e documentação das línguas.

Mas há também problemas com os quais o linguista se depara de difícil resolução. A exemplo de elementos cristalizados, que correspondem a nomes de formas, de texturas ou nomes de partes do corpo, mas que não têm mais função sincronicamente, como são os casos de nomes de partes do corpo encontrados em alguns temas verbais. A incorporação de nomes referentes a partes do corpo em verbos é encontrada em várias línguas. Campbell (2013) cita nahuatl, pipil, totonac, mixe-zoquean, tlapanec, purepecha (tarascan), como línguas com partes do corpo incorporadas a verbos, “normalmente funcionando como instrumentais, embora algumas vezes como objeto direto, como por exemplo em pipil (uto-azteca): *tan-kwa* [dente-comer] ‘morder’, *ikši-ahsi* [pé-chegar] ‘alcançar, ultrapassar’, *mu-yaka-pitsa* [reflexivo-nariz-soprar] ‘soprar o nariz de alguém”. Ainda segundo Campbell, esse tipo de incorporação é encontrada em toda parte das Américas (Campbell 2013: 302).

A família pano conta com a descrição de um número representativo de línguas que permite ao linguista histórico compará-las e levantar hipóteses sobre as antigas funções do fenômeno hoje conhecido como “prefixos parte do corpo” e sobre a perda de função do processo morfológico que teria sido produtivo na protolíngua, bem como sobre as causas e/ou motivações do fenômeno. Os prefixos parte do corpo em línguas da família pano ocorrem com verbos (ex. 19), substantivos (ex. 20 e 21) e adjetivos (ex. 22), como ilustrado pelos exemplos da língua korubo (Oliveira, em preparação):

- (19) vëposek  
vë-pos-e-k  
FRENTE-bater-IPFV-?  
‘bate/está batendo na testa’
- (20) mē-puku  
MÃO-?  
‘mão’
- (21) wi-puku  
PERNA-?  
‘mocotó’

- (22) Pupu            **xik-wasa**            txok-kit  
 coruja            PEITO-branco            ter-NMLZ  
 ‘A coruja que tem o peito branco/Mocho-diabo/Coruja-diabo’

No entanto, é em línguas com descrições mais aprofundadas como kakataibo (Zariquiey e Fleck 2013), kapanawa (Loos e Loos 1978) e matsés (Fleck 2006) em que se observa a relação entre os prefixos em verbos e sintagmas locativos na oração. Segundo Fleck (2013, 88), a sentença em (24) é a paráfrase da sentença em (23), o que evidencia a relação entre o prefixo parte do corpo e o sintagma locativo.

- (23) Debi-⊕            **wi-tinka-o-mbi**  
 Davy-ABS            TÊMPORA-golpear-PAS-1A  
 ‘Eu golpeei o David em sua têmpera’

- (24) Debi-⊕            [(aton)**wipu-no**]            tinka-o-mbi  
 Davy-ABS            (seu) têmpera-LOC            golpear-PAS-1A  
 ‘Eu golpeei o David em sua têmpera’

No caso da língua kakataibo, Zariquiey e Fleck (2013: 399) não falam em paráfrase, mas apresentam as orações (25) e (26), que guardam alguma relação entre si. Notem que o sintagma **Robeto-n↑n** tişa=nu ‘pescoço de Roberto’ é introduzido por posposição e tem sentido locativo em (25). No entanto, em (26), pescoço é expresso por um prefixo no verbo e Roberto aparenta ser o objeto direto do verbo. Os autores apresentam evidência de que Roberto não é um objeto nessa língua, uma vez que construções desse tipo não acionam morfologia específica de *switch-reference* (referência cruzada).

- (25) David-tan    ka    Dunú **Robeto-n↑n** tişa=nu    tson-a-s<sub>h</sub>-a  
 David-ERG    IND.3    Dunú    Roberto-GEN    pescoço-LOC    sentar-se-PERF-3-  
 NÃO.PROX  
 ‘David sentou o Dunú no pescoço do Roberto’

- (26) David-tan    ka    Dunú **Roberto**    t↑-tson-a-s<sub>h</sub>-a  
 David-ERG    IND.3    Dunú    Roberto    PESCOÇO-sentar-PERF-3-NON.PROX  
 ‘David sentou o Dunú no pescoço de Roberto’

Loos e Loos (1978: 97) foram os primeiros a observar que, em kapanawa, “os prefixos verbais marcam a direção ou orientação de uma atividade com respeito ao complemento direto do verbo ou com respeito a certa localização da atividade. Não se refere ao Agente ou ao instrumento”. Scott (2004: 113) também considera que, na língua yaminawa, “alguns verbos recebem prefixos que indicam partes do corpo e marcam a direção ou orientação da atividade com respeito ao complemento indireto ou com respeito à certa localização da atividade”. Fleck (2006: 75) observa que em Matsés “a prefixação de nomes parece ser um antigo processo e atualmente a função dos prefixos é modificar a raiz nominal especificando informação locativa, geralmente, na forma de uma relação parte-todo” e sobre a prefixação verbal ele ainda informa que “seja qual for a função do prefixo, seu significado é sempre associado com o argumento absoluto, adicionando a informação ‘orientação locativa’, incluindo a especificação de relações parte-todo”. Zariquiey e Fleck (2013: 394) observam que “em Kashibo-Kakataibo, prefixos podem ser anexados a nomes, adjetivos e verbos – embora mais frequentemente a verbos. Com todas essas classes de palavras, os prefixos têm, principalmente, um significado locativo”. Essa relação muito íntima entre o significado locativo e os prefixos parte do corpo no interior da família, em ramos bastante distantes entre si, levam à consideração que essa especificação locativa poderia já estar presente na protolíngua. Portanto, as considerações tipológico-descritivas auxiliam na adequada reconstrução da tipologia da protolíngua. Casos como esses das línguas Pano, são de grande interesse para os estudos comparativos e para a tipologia das línguas, os quais não prescindem de descrições acuradas de novas línguas.

Destacamos aqui outro traço que encontramos em línguas indígenas brasileiras e que tem chamado a atenção de linguistas quanto a um tipo de predicado não verbal em línguas da família jê (tronco macro-jê). Dentre os predicados não verbais nas línguas dessa família linguística, há um tipo de predicado que tem a seguinte configuração: *Para X, existe Y*. Predicados deste tipo exprimem, dentre outros conceitos, sensações ou estados físicos, como ilustram os seguintes exemplos a partir da língua krahô (Timbira).

- (27) a.    i=mã k<sup>h</sup>ri  
           1=DAT frio  
           ‘para mim, existe frio.’ (Miranda, notas de campo)

- b.    pe     a=mã prãm?  
 INT    2=DAT fome  
 ‘existe fome para você?’ (Miranda, notas de campo)

#### **4. Relações simbióticas entre Descrição (e Documentação), Comparação e Tipologia das línguas**

A descrição das línguas, como já acentuamos neste artigo, é essencial para a documentação linguística, para a comparação e para os estudos tipológicos, da mesma forma que a tipologia e a comparação contribuem importantemente para a descrição das línguas. Na comparação das línguas para fins de classificação genética e de reconstrução de proto-línguas, que são estudos desenvolvidos no âmbito da Linguística Histórica ou Diacrônica, a tipologia é fundamental, desde que os traços tipológicos comparados associem-se a morfemas cognatos, visto que semelhanças tipológicas apenas, não servem para fundamentar hipóteses de relações genéticas. Se, por um lado, a comparação depende de descrições, beneficiadas por estudos tipológicos, por outro lado, a comparação das línguas tem grande importância para os estudos tipológicos, como observa Campbell (2013: 2, tradução nossa)

À medida que determinamos com mais precisão o que pode mudar e o que não pode mudar na língua, e quais são as condições permitidas versus maneiras impossíveis pelas quais as línguas podem mudar, contribuimos significativamente para a compreensão da gramática universal, tipologia da linguagem e cognição humana em geral – fundamental para compreender a nossa própria humanidade.

Mithun (2016) acrescenta algumas advertências com respeito às descrições linguísticas e aos estudos tipológicos que podem muito bem ser extensivas aos estudos comparativos. Para Mithun (2016: 6), para a documentação linguística que se limita a preencher um questionário tipológico faltará muita coisa, e o mapeamento da diversidade linguística não avançará se não for considerada a importância das pesquisas na fala espontânea, onde podem ser observadas e consideradas importantes características das línguas. Observa também que a advertência aos gramáticos “frequentemente atribuída a Boas é que cada língua deveria ser descrita em seus próprios termos”, conselho que, segundo ela, “parece contrariar propósitos como aqueles que buscam princípios gerais.” Mithun reafirma a ideia de que “documentação, descrição e tipologia são simbióticas: cada uma pode fornecer ferramentas importantes

para o progresso uma das outras”. Nessa simbiose, incluímos também a comparação das línguas.

## **5. A aplicação dos estudos descritivos, comparativos e tipológicos ao ensino das línguas**

Os resultados dos estudos descritivos, comparativos e tipológicos são fundamentais para o ensino das línguas. No caso das línguas indígenas brasileiras, a maioria das quais eram ágrafas até recentemente, muitas carecem de descrições básicas e acuradas do sistema fonológico, do léxico, da morfologia, da morfossintaxe e da sintaxe. Os resultados desses estudos têm sido fundamentais para a elaboração de sistemas de escritas e práticas de letramento nessas línguas, assim como para o ensino da gramática da língua nas escolas das aldeias que vivem sob pressão do português. Todo bom estudo linguístico de uma língua pode ser relevante para o ensino dessas línguas, sobretudo na atualidade, quando os indígenas tomam consciência da importância de fortalecer as suas respectivas línguas nativas. Todo professor indígena que adquire conhecimentos linguísticos de sua língua nativa mostra-se contente em poder olhá-la, como costumam dizer, “de fora para dentro”, descobrindo a sua riqueza e complexidade e adquirindo meios de melhor lidar com o seu ensino e fortalecimento. Quando a escrita da língua nativa passa a ter importância para o indígena falante dessa língua, a sua documentação abrangente é fundamental, a qual inclui a elaboração de descrição fonológica e gramatical, com a elaboração de gramáticas, dicionários, vocabulários e gramática, e textos de diferentes modalidades, relatos míticos e históricos, dicionários e vocabulários, e músicas.

Para os falantes de língua portuguesa e para as escolas não indígenas, o entendimento sobre a tipologia linguística e o conhecimento direto de diferentes tipos de línguas poderia ainda levar a um melhor entendimento sobre a riqueza das variedades da língua portuguesa, encontrando correlatos entre fenômenos linguísticos entre línguas tão diferentes. O entendimento, por exemplo, de que muitas línguas não têm flexão de número e pessoa ou de tempo e aspecto pode levar a uma outra avaliação sobre as variedades dialetais do português brasileiro que não mais usam a flexão. Conhecer línguas pode ser sempre enriquecedor, não importando as finalidades de quem as queira aprender.



## Referências

AIKHENVALD, A. Y. Typological Distinctions in Word Formation. *In*: SHOPEN, Timothy (ed.). *Language Typology and Syntactic Description*. Volume III: Grammatical Categories and the Lexicon. Cambridge: CUP, 2007. pp. 1–65.

ANCHIETA, J. *Arte de grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil*. Feyta pelo padre Ioseph de Anchieta da Cõpanhia de IESV. Com licença do Ordinario & do Preposito geral da Companhia de IESV. Coimbra: Antonio de Mariz, 1695, 58 p. com numeração.

BICKEL, B.; NICHOLS, J.: Inflectional morphology. *In*.: SHOPEN, Timothy (ed.). *Language typology and syntactic description*. V. 3. Cambridge: Cambridge University Press, n. 2, 2007.

CABRAL, A. S. A. C. *Contact induced language change in Western Amazon: the non-genetic origin of the Kokáma language*. Ph.D. dissertation, University of Pittsburgh, PA, 1995.

CABRAL, A. S. A. C. Quando a ordem dos constituintes em Zo'é é pragmaticamente motivada. *In*: FRAGOSO, É. A.; CAMARGOS, Q. F.; FACUNDES, S. S. (Orgs.). *Conhecimento, ensino e Política de Línguas na Amazônia*. 1. ed. Campinas: Pontes, 2023 [2001].

CABRAL, A. S. A. C. Observações sobre a história do morfema -a da família Tupi-Guaraní. *In*.: QUEIXALÓS, F. (org.). *Des noms et des verbes en tupi-guarani: état de la question*. Munique: LINCOM Europa, 2001.

CABRAL, A. S. A. C.; MANCHINERY, L. A.; COUTO, F. P.; MANCHINERI, M. S. S. Bases culturais para atribuição de gênero em Manxineru. *Revista Brasileira De Linguística Antropológica*, v. 7, n. 2, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/rbla.v7i2.20604>.

CAMPBELL, L. *Historical Linguistics: An Introduction*. 3rd ed. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2013.

CAMPBELL, L.; POSER, W. J. *Language Classification. History and Method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

COMRIE, B. Ergativity and grammatical relations in Kalaw Lagaw Ya (Saibai dialect). *Australian Journal of Linguistics*, v. 1, n. 1, 1981.

CREISSELS, D. *Syntaxe générale, une introduction typologique*. Paris: Hermès, 2006.

CROFT, W. *Typology and Universals (Cambridge Textbooks in Linguistics)*. 1<sup>st</sup> edition. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

DERBYSHIRE, D. C. Word order universals and the existence of OVS languages. *Linguistic Inquiry*, v. 8, n. 3, 1977.

DIETRICH, W.; SYMEONIDIS, H. (Ed.). *Guaraní y “Mawetí-Tupí-Guaraní”*. Estudios históricos y descriptivos sobre una familia lingüística de América del Sur. Berlin: LIT Verlag, 2006.

DIXON, R. M. W. *Ergativity*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1994.

DIXON, R. M. W. Ergativity. *Language*, v. 55, 1979.

DRYER, M. S. Order of subject, object, and verb. In: HASPELMATH, M.; DRYER, M. S.; GIL, D.; COMRIE, B. (Eds.). *The World Atlas of Language Structures*. Oxford: Oxford University Press, 2005. Updated online version 2013: *World Atlas of Language Structures Online*, ed. by Matthew S. Dryer and Martin Haspelmath. Munich: Max Planck Digital Library, 2013.

FLECK, D. W. Body-part prefixes in Matsigenka: derivation or noun incorporation. *IJAL*, v. 72, n. 1, 2006.

EVANS, N.; LEVISON, S. C. The myth of language universals: language diversity and its importance for cognitive science. *Behavioral and Brain Sciences*, v. 32, 2009.

FOLEY, H. *Inherent referentiality and language typology*. Canberra: Australian Institute of Aboriginal Studies, 1976. (Seminar).

GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1994.

GREENBERG, J. H. Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. In: GREENBERG, Joseph H. (ed.). *Universals of language*. Cambridge/Mass.: MIT Press, 1963.

HARRISON, C. Verb prominence, verb initialness, ergativity and typological disharmony in Guajajara. In: DERBYSHIRE, D.; PULLUM, G. (Ed.). *Handbook of Amazonian languages*. v. I. Berlin: Mouton de Gruyter, 1986.

HAWKINSON, A. K; HYMAN, L. M. Hierarchies of natural topic in Shona. *Studies in African Linguistics*, v. 5, n. 2, 1974.

HEMMAUER, R. Aspectos del desarrollo histórico del sistema verbal de siriono (lengua tupí-guaraní de Bolivia). In: PAYNE, D. (Ed.). *Amazonian linguistics*. Studies in lowland South American languages. Austin: University of Texas Press, 1990.

JENSEN, C. Comparative Tupí-Guaraní morpho syntax. In: DERBYSHIRE, D.; PULLUM, G. (Ed.). *Handbook of Amazonian languages*. Vol. 4. Berlin: Mouton de Gruyter, 1998.

JENSEN, C. Tupí-Guaraní. In: DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, A. (Ed.). *The Amazonian languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

LAZARD, G. Transitivity Revisited as an Example of a More Strict Approach in Typological Research. *Folia Linguistica: Acta Societatis Linguisticae Europaeae*, v. 36, n. 3-4, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/flin.2002.36.3-4.141>

LOOS, B. H.; LOOS, E. La estructura semántica y fonológica de los prefijos verbales en Capanahua. In: INSTITUTO LINGÜÍSTICO DE VERANO. *Estudios Pano 1*. Peru: Instituto Lingüístico de Verano, 1978.

MITHUN, M. Shaping typology through grammaticalization: North America. In: NARROG, H; HEINE, B. (Eds.). *Grammaticalization from a Typological Perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

MONSERRAT, R.; SOARES, M. L. F. Hierarquia referencial em línguas Tupi. *Ensaio de linguística*, n. 9, 1983.

NICHOLS, J. *Linguistic diversity in space and time*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

RODRIGUES, A. D. Tarefas da Linguística no Brasil. *Estudos Linguísticos - Revista Brasileira de Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 1, n. 1, 1966.

RODRIGUES, A. D. Estrutura do Tupinambá. Notas do curso ministrado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1981, ms. inédito.

RODRIGUES, A. D. Relações internas na família lingüística Tupí-Guaraní. *Revista de Antropologia*, v. 27-28, 1984-1985.

RODRIGUES, A. D. The Present State of the Study of Brazilian Indian Languages. In: KLEIN, H. M.; STARK, L. (eds.) *South American Indian Languages: Retrospect and Prospect*. Austin: University of Texas Press, 1985.

RODRIGUES, A. D. Programa de Pesquisa Científica das Línguas Indígenas Brasileiras (CNPq/FINEP). Relatório sucinto das atividades estimuladas e apoiadas em 1990 e previsões para 1991.

RODRIGUES, A. D.; CABRAL, A. S. A. C. Revendo a classificação interna da família tupí-guaraní. In: CABRAL, A. S. A. C.; RODRIGUES, A. D. (Orgs.). *Línguas indígenas brasileiras: Fonologia, gramática e história*. Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL, Tomo I, Belém: EDUFPA, 2002.

RODRIGUES, A. D.'I.; CABRAL, A. S. A. C. Tupían. In: CAMPBELL, L.; GRONDONA, V. (Org.). *The Indigenous Languages of South America*. v. 2. 1. ed. Berlin/Boston: Mouton de Gruyter, 2012.

SAPIR, E. *Language: An Introduction to the Study of Speech*. New York: Harcourt, Brace, 1921.

SEKI, L. A Lingüística Indígena no Brasil. *D.E.L.T.A.*, v.. 15, n. Especial, 1999,

SILVERSTEIN, M. Hierarchy of features and ergativity. In: DIXON, R. M. W. (Ed.). *Grammatical categories in Australian languages*. Canberra: Australian Institute of Aboriginal Studies, 1976.

WEIR, E. M. H. Nadëb. In: KAHREL, P.; BERG, R. (eds.), *Typological Studies in Negation*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1994.

VIEIRA, M. D. *O fenômeno da não-configuralidade na língua Asurini do Trocará*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 1993.

YAWALAPÍTI, T. *Documentação e descrição da língua yawalapíti (aruák): uma língua que não deve morrer*. 2020. 211 f., il. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

ZARIQUIEY B. R.; FLECK, D. W. Prefixation in Kashibo-Kakataibo: Synchronic or diachronic derivation. *International Journal of American Linguistics*, v. 78, n. 3, 2012.